



Cor e cidadania no jornal A Federação: fragmentos biográficos de abolicionistas negros

Color and Citizenship in the newspaper A Federação: biographical fragments of black abolitionists

DHLL, Tuane Ludwig<sup>1</sup>

**Resumo:** O movimento abolicionista configurou-se como um campo privilegiado para o envolvimento de diversas parcelas da sociedade, desde os grupos de elite até as classes populares, nas suas diversas categorias e cores. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo analisar a forma como abolicionistas negros – sujeitos que lutavam diariamente para conquistar e se manter nos círculos letrados e nos debates sobre os rumos do país - desvelam-se no jornal republicano *A Federação*. A análise das vidas de José do Patrocínio, Aurélio de Bittencourt e Luiz Gama nos possibilitará observar se e como as categorias de cor e raça eram acionadas pelos periodistas dessa folha para identificá-los, e como se vinculavam à demarcação de hierarquias sociais e especialmente à conquista e ao exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Abolicionistas negros; Cor; Cidadania.

**Abstract:** In common parlance, Rio Grande do Sul is seen as a state without black  
1. Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Campus São Leopoldo – Av. Unisinos, 950, CEP: 93022-000, São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: tuane.ludwig.dihl@hotmail.com

Recebido em: 11/08/2016  
Aprovado em: 07/11/2016

people. Likewise it is also pictured as a European land on Brazil given its colder weather and the relevant number of German and Italian descendants. The purpose of this paper is to catch a glimpse of the participation of the Rio-Grandense Republican Party (PRR) in making the black people of the state invisible during the turn of the XIX century to the XX century, analyzing how they created the newspaper “A Federação”, a “freedom history” for the southern Rio-Grandense province.

**Keywords:** “Freedom History”; Black People Invisibility; Rio-Grandense Republican Party.

O período compreendido entre 1822, ano da independência do país, e 1930, com o fim da Primeira República, abrange poucos progressos em relação à cidadania. Dos muitos entraves que se impuseram ao desenvolvimento dessa categoria, a escravidão sem dúvidas foi um dos mais negativos<sup>2</sup>. Todavia, o movimento que se configurou em fins da década de 1880 em torno da abolição, sinalizou o início de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2002, p.65).

O campo abolicionista tornou-se um terreno fértil para o envolvimento de diversas parcelas da sociedade, no qual atuaram desde os grupos de elite até as classes populares, nas suas diversas categorias e cores. Isso porque também este fato coincidiu com a invenção do próprio fenômeno *movimento social*, o qual, para existir, “precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilita o uso do espaço público para exprimir reivindicações<sup>3</sup>”. (ALONSO, 2015, p.17)

Deste modo, o abolicionismo conduziu ao fortalecimento de esferas e opiniões públicas autônomas, potencializando a ascensão social e a visualização de diferentes trajetórias afro-brasileiras (JR, 2008, p.21). Mesmo diante de todas as restrições pautadas em raça a que estavam sujeitos diariamente, negros e mulatos livres e letrados construíram seus entendimentos – não só em relação à campanha pela abolição, mas a partir dela – sobre o país do qual eram parte e participantes, projetando-se no espaço público enquanto pensadores, intelectuais, literatos e líderes.

Ao lado do abolicionismo, muitos sujeitos negros também lançaram mão de outros mecanismos possíveis para sua integração e mobilidade social, como a educação,

2. Do ponto de vista da formação do cidadão, as consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p.53), a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor, pois se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco fazia, ou seja, “[...] o senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio.” Dessa forma, para o autor, a libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva, a qual foi muito mais de ordem jurídica que prática.

3. Segundo a autora, sempre existiu no Brasil inclinações antiescravistas, mas como movimento social a luta pela emancipação só se configura no país no fim dos anos 1860 devido a três mudanças. A primeira tem relação com fatores internacionais, que tornaram o Brasil o último país escravista do Ocidente: “um ciclo de abolições que se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba.” (ALONSO, 2015, p. 17) A segunda mudança foi a constituição de um incipiente espaço público decorrente da aceleração da urbanização, onde se discutiram assuntos de interesses coletivos, como a modernização do país. A terceira mudança foi de conjuntura política, visto que em 1868, “o Partido Liberal usou o espaço público para contestar a supremacia adversária no sistema político”. Em resposta o Partido Conservador respondeu ampliando o acesso ao ensino superior e reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre, produzindo dessa forma uma crise política intralite e o ingresso de novos atores no debate político. (ALONSO, 2015, p. 18)

a aproximação com o catolicismo (e o aproveitamento de seus espaços políticos-devocionais, como as irmandades) e o acesso ao funcionalismo público (seja por meio de seleções públicas ou indicações) (SANTOS, 2013).

Selecionando alguns personagens históricos caracterizados pela descendência africana e pela militância abolicionista, propõe-se investigar como suas vidas foram destacadas pelos periodistas do jornal porto-alegrense *A Federação*, entre os anos de 1884 e 1903<sup>4</sup>. José do Patrocínio, Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Luiz Gama serão os principais investigados. Especificamente, objetiva-se identificar como os dilemas do escravismo e da racialização entrecortaram as vidas desses intelectuais, a fim de perceber como (e se) as categorias de cor e raça eram acionadas para identificá-los no periódico e como se vinculavam à conquista da cidadania.

Fundado na capital gaúcha no ano de 1884 e circulando de segunda a sábado, *A Federação* surgiu com a alcunha de ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a grande parte dos membros e periodistas desse jornal ligava-se diretamente a esse grupo político, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Venâncio Aieres, Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, entre outros republicanos. Infelizmente não é possível identificar com precisão todos os sujeitos que atuavam no impresso, devido ao fato de que não era de praxe os textos serem assinados.

De qualquer forma, segundo Francisco Rüdiger, a imprensa gaúcha desse contexto caracterizou-se pela tendência do *jornalismo político-partidário*, logo, era bastante comum a apropriação dos jornais pelos partidos políticos. Desenvolveu-se a concepção de que o papel dos periódicos era essencialmente opinativo, na medida em que veiculavam organizadamente o ideário dos partidos tendo por objetivo a formação doutrinária da opinião pública a favor do grupo que usava.

Conforme esse autor, *A Federação* é o modelo dessa tendência, tendo em vista que foi significativo para a articulação do movimento republicano da província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda (RÜDIGER, 1993, p.26). Além do cunho republicano, o dito jornal emprestou valiosa e incontestável colaboração ao abolicionismo gaúcho, mesmo que insurgindo na fase final do movimento, defendendo a abolição imediata e sem indenização.

Até o ano de 1888, sempre que o nome de José do Patrocínio era citado n' *A Federação*, ele vinha acompanhado de expressões como o “infatigável obreiro da redenção dos escravos”, “o eminente colega” e o “ilustre jornalista”. Em síntese, estas referências denotam que aos olhos dos republicanos rio-grandenses, Patrocínio desempenhava muito bem as tarefas a que se propunha à época: as causas abolicionista e republicana e a imprensa. No entanto, no dia 09 de maio de 1888, *A Federação* publicou um editorial intitulado “José do Patrocínio e a República”. Nele, sinalizaram uma mudança radical na forma como Patrocínio passaria a ser representado ali:

Demais, o *jornalista arrebatado, escravo* no seu rompimento com os republicanos, como em tudo, do seu temperamento violento e indisciplinado, faz-nos perder todos os fracos receios que a sua hostilidade poderia despertar,

4. Nosso recorte cronológico parte de 1884, ano de fundação do jornal, e encerra-se em 1903, ano da morte de Júlio Prates de Castilhos – importante vulto do periódico (atuou como diretor e redator) e líder próprio Partido Republicano Rio-grandense. Sobre este sujeito ver: AXT, 2005.

porque a guerra com todas as armas, com que nos ameaça, não é a mais própria para garantir-lhe a vitória.

Essa guerra como todas as armas, há de tirar-lhe a força moral, que por acaso haja conquistado na imprensa em sucessivos anos de uma luta incessante por uma nobre causa.

O sr. Patrocínio será o demolidor da própria individualidade, com tanto sacrifício destacada do rebanho vulgar.

Como republicano, o atual jornalista da Cidade do Rio, nunca foi um lutador; foi sempre um indisciplinado e a sua ação no partido só produziu efeitos negativos (A Federação, 09 de maio de 1888, p.1, Grifos da autora).

Como se pode perceber, ele passou de “infatigável obreiro da redenção dos escravos” a “escravo”, de “eminente colega” a “indisciplinado” e de “ilustre jornalista” a “jornalista arrebatado”. Toda arte deste indivíduo no desempenho de suas atividades caiu por terra no momento em que ele rompeu com o partido. Na verdade, o abandono da causa republicana por este homem gera um grande incômodo na agremiação republicana como um todo, que passará a atacá-lo veemente, colocando-o como um inimigo. Mais que inaugurar uma fase onde Patrocínio torna-se alvo de insultos e ataques morais n’ *A Federação*, o trecho citado revela argumentos e termos que podem ser interpretados à luz de parâmetros racializados, empregados com o objetivo de desqualificar essa figura.

Nesse sentido, é imprescindível esclarecer que em nenhuma edição de fonte consultada, dentro das balizas cronológicas estabelecidas, foram encontradas referências explícitas à cor e origem racial desse sujeito, assim como, não foram localizadas evidências que o identificassem com a comunidade afro-brasileira. Isso pode dificultar o trabalho do historiador, porém, em contraposição, torna o processo bem mais complexo, no sentido de que contribui para revelar as origens desse racismo à brasileira onde as barreiras raciais não são de ordem institucional, tratando-se de um preconceito oculto, implícito, velado<sup>5</sup>.

José do Patrocínio foi fruto do envolvimento de uma liberta quitandeira como o vigário da paróquia de Campos, dessa forma, tinha um passado familiar ligado à senzala e uma ancestralidade marcada pelo cativo. Passado, por sua vez, que os republicanos rio-grandenses fizeram questão de lembrar ao qualificá-lo como *escravo* – conforme consta na publicação citada anteriormente.

Naquele contexto, origem racial e condição social eram equivalentes, de modo que ser “negro” ou “preto” significava ser “escravo”<sup>6</sup> e vice-versa. Tão embora neste caso trate-se de um sujeito *pardo*, a classificação de Patrocínio como *escravo* pode ser interpretada como uma forma encontrada pelo jornal de fazer lembrar seus leitores que se tratava de um indivíduo *não-branco* por excelência.

Os articulistas d’ *A Federação* certamente estavam em consonância com as teorias científicas disponíveis nos anos finais do século XIX, elas dispunham que sobre a população negra recaía o estigma da inferioridade, assim como viam a miscigenação como degenerativa e que desvirtuava o caráter dos indivíduos<sup>7</sup>.

5. Uma análise sobre as relações e desigualdade entre brancos e negros no Brasil e que enfatiza a excepcionalidade do racismo brasileiro pode ser encontrada em: TELLES, 2003.

6. Hebe Mattos, nos processos criminais que arrolou em Rio Claro, província do Rio de Janeiro, identificou que o “uso das expressões “negro” e “preto” referia-se diretamente à condição escrava atual ou passada (forro).” (MATTOS, 2013, p.103).

7. Sobre esse assunto, ver: SCHWARCZ, 2000.

Mesmo libertos esses indivíduos ainda carregariam consigo, por muitas gerações, um sangue distinto dos brancos, o “sangue escravo” – responsável por lhes conferir essa inferioridade racial, além de reduzido desenvolvimento moral e incapacidade para o trabalho (AZEVEDO, 1987, p.225). Também era bastante comum associar a esse povo comportamentos condenáveis, como vagabundagem, recusa ao trabalho, disposição ao alcoolismo e à marginalidade. Tendências essas que os republicanos deixam transparecer ao apontarem para Patrocínio como “indisciplinado”, cuja ação só havia produzido “efeitos negativos” para a agremiação (*A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1).

A intencionalidade do jornal em mostrar de forma bastante evidente que, apesar de todo sacrifício que Patrocínio tivera para se destacar do “rebanho vulgar” (*A Federação*, 23 de maio de 1888, p.1), ou seja, de seus semelhantes “de cor”, as questões intrínsecas à sua raça acabavam por se manifestar em suas ações levando-o a protagonizar o que teria sido um “procedimento censurável” (*A Federação*, 23 de maio de 1888).

Não teria sido esta a primeira vez que José do Patrocínio tivera sua origem étnica utilizada como motivo para desqualificação de sua trajetória profissional e pessoal, prática esta bastante comum, não só com relação a ele, mas a todos que partilhavam da descendência africana.

O próprio engajamento dessa figura no movimento abolicionista partiu de um episódio de estigmatização pela cor: o bloqueio à sua carreira acadêmica. Patrocínio ingressou na Faculdade de Medicina, porém saiu de lá com o diploma de farmacêutico.

Ao longo de sua vida foram incontáveis ocorrências de episódios do tipo, um dos mais conhecidos deu-se num comício em 1887, quando (conforme conta Olegário Mariano, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras) – gritaram da plateia: “Cala boca, negro!”. Patrocínio indignou-se e respondeu: “Quando Deus me deu a cor de Otelo foi para que eu tivesse ciúmes da minha raça!”. (ALONSO, 2012, p.40-41) Seu casamento é outro exemplo disso, pois sendo a noiva uma moça branca e de família rica, o enlace matrimonial acabou por causar enorme espanto na sociedade gerando inúmeras polêmicas que circularam na imprensa.

Ana Flávia Magalhães, ao analisar a repercussão deste episódio, identificou que a ele foram atribuídas qualidades como “oportunista” e “preto cínico”. Além disso, foi considerada uma ousadia por parte dele “querer assumir papel de pai no mundo branco”. (PINTO, 2014, p. 93-94).

Retomando às tensões entre o dito jornalista com a agremiação republicana, especialmente com os Partidos Republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, deve-se esclarecer que tal relacionamento sempre foi permeado por diversos conflitos.

O alvo desses políticos era instituir a República no Brasil, uma reforma política e não social; já para Patrocínio, a prioridade era a abolição. Além disso, os republicanos paulistas e cariocas propunham soluções conservadoras e graduais para a transformação do trabalho, na medida em que protegiam o direito dos senhores baseando-se na indenização e na necessidade e interesse de cada província em resolver o problema da transformação do trabalho (VASCONCELOS, 2011, p.43).

Não foram raras as vezes que José do Patrocínio indispôs-se com correligionários,

acusava-os de serem escravocratas e interessados na indenização aos ex-senhores, opinião que foi rebatida n' *A Federação* e desqualificada como um motivo para que ele tivesse abandonado à causa republicana. Segundo os republicanos gaúchos, “não é o escravagismo dos republicanos que determina a desagregação do Sr. Patrocínio”, pois “os republicanos, até os de S. Paulo, tão injustamente censurados, há muito que eram mais abolicionistas do que os ídolos da Confederação Abolicionista” (*A Federação*, 23 de maio de 1888, p.1).

Conforme Margaret Bakos já demonstrou, os republicanos gaúchos repudiavam a indenização aos ex-senhores, considerando que ela agravaria a crise econômica nacional e provincial e que o cativo “nunca foi uma propriedade como qualquer outra, pelo simples motivo que uma iniquidade não se legitima, ainda que durem três séculos ou mais”. Investindo em uma autorrepresentação que procurava inventar uma remota vinculação abolicionista radical, o PRR bradava em sua edição de julho de 1888:

No Rio Grande do Sul, nós pertencemos aos abolicionistas da mais antiga data e somos daqueles que primeiramente formularam o seu pensamento sobre a questão dos escravos, nas seguintes palavras: - Liberdade imediata e incondicional. [...]

Nós somos pela liberdade sem indenização em todos os terrenos; entendemos que a liberdade é um bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!

Da monarquia, também, quem tem nos enraizado, não exigimos nada, senão que morra; que ela nos deixe e nós ficamos bem pagos. (BAKOS, 1982, p. 152)

A deserção de Patrocínio acaba por ter muito a ver, portanto, com o projeto abolicionista do governo imperial, em especial, com a decretação da Lei Áurea. Porque se mostrou agradecido à Princesa Isabel e ao Gabinete João Alfredo é que passou a ser considerado um traidor, sendo acusado de defensor da monarquia.

O ponto de vista do próprio Patrocínio deve ser levado em conta, visto que, diante de todo o reboiço que sua saída do partido e a aproximação ao governo geraram na imprensa republicana, ele escreve um artigo, intitulado Respondo..., publicado em seu jornal, Cidade do Rio, no dia 14 de setembro de 1888. Essa publicação foi analisada por Rita de Cássia Vasconcellos que deliberou sobre a trajetória de Patrocínio com ênfase nas relações que ele manteve com o republicanismo:

O jornalista culpou os próprios representantes do partido republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro por esta aproximação, já que estes contaram com adesões de fazendeiros defensores da escravidão que pleiteavam uma indenização do governo devido à abolição. Afirmou ser seu principal objetivo acabar com a escravidão, e mesmo sendo “republicano revolucionário” apoiava a Princesa Isabel e o Gabinete 10 de Março por terem decretado a abolição. Uma vez que, “Partido Republicano negou-se a deixar aferir a sua bandeira pelos sentimentos abolicionistas”. (VASCONCELOS, 2011, p.50)

Durante o ano de 1888 e boa parte de 1889, José do Patrocínio seguiu sendo acusado de traição pelos republicanos rio-grandenses. Contudo, sua trajetória enquanto abolicionista nunca foi desmerecida n' *A Federação*, pois mesmo no calor dos acontecimentos, em agosto de 1888, esse jornal deixava claro:

O homem tenha sido um abolicionista esforçado, nunca o negamos nós. Mas que não passa também de um desertor que procura encobrir a incorreção do procedimento com a retórica insolente, é fora de dúvida” (*A Federação*, 25 de agosto de 1888, p.2).

Mais tarde, no ano de 1891, é publicado um artigo sobre a participação de Patrocínio nas festas comemorativas do 13 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa edição, foi relatada a homenagem feita na ocasião a esse *sujeito* que recebera dos promotores dos festejos (não identificados no jornal) um “exemplar especial, ricamente emoldurado, do seu retrato”, que havia sido produzido em larga escala para serem distribuídos pelo país (*A Federação*, 30 de maio de 1891, p.1.). Nenhum tipo de ofensa, insulto ou desqualificação da trajetória de Patrocínio constou nesse relato, comprovando o reconhecimento dos republicanos rio-grandenses perante sua contribuição à causa abolicionista, na qual o partido também havia se engajado.

Pode-se dizer que o ódio pelo desertor não durou muito tempo, na realidade, ele foi realmente intenso até o momento da proclamação da República, em 1889, justamente porque Patrocínio abandonara o partido num momento chave da propaganda republicana.

Este personagem ascendeu à líder negro abolicionista na década de 1880, por meio da atuação como jornalista, mas, sobretudo pela popularidade advinda da participação como orador das conferências públicas emancipacionistas que se alastravam naquele contexto (SILVA, 2006, p.111-112). Dessa forma, Patrocínio era de fato alguém que exercia influência sobre a opinião pública e sobre as camadas mais populares, portanto, era muito mais interessante tê-lo como aliado que como inimigo. Os articulistas d’ *A Federação*, contudo, não admitiam que a saída de Patrocínio tivesse sido uma grande perda para sua causa, desta forma, esforçavam-se para diminuir a importância desse ocorrido, escrevendo imediatamente que:

Os bons talentos são os que servem as boas causas e o partido republicano, como núcleo de resistência, precisa mais de convicções sinceras do que de reputações ruidosas.

O esforço do Sr. Patrocínio, por maior que seja, há de ser impotente para conter a marcha vitoriosa da ideia republicana.

Os que não transigem tem esta grande vantagem: vencem sempre; o sucesso definitivo é dos que sabem esperar.

Se alguém perdeu com a deserção do Sr. Patrocínio, foi s.s.; se alguma coisa deve temer-se do seu procedimento, ninguém mais deve temer que s.s.

Nós estamos tranquilos; fomos corretos. (*A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1)

Por mais que reconhecessem o “talento” de Patrocínio - talento que se entende como uma referência a seu trabalho enquanto abolicionista e a sua verve enquanto escritor e polemista - estes republicanos não o consideravam um inimigo com potencial a ser temido, talvez até em razão de sua origem racial.

Como já se mencionou, o afastamento do dito indivíduo teve a ver com a ação da princesa Isabel no que tange à libertação dos escravos. Portanto, quando de seu rompimento, Patrocínio passou a se aproximar e a defender a monarca. O que,

obviamente, contribuiu para o ranço republicano em relação a ele e à sua atuação política e jornalística.

Da forma como foi atacada a imagem política de Patrocínio pelos republicanos rio-grandenses faz parecer que o mesmo havia virado a casaca, ou seja, abandonou o republicanismo para aderir ao monarquismo, o que não confere com a realidade, visto que esse sujeito histórico não deixou de ser republicano em nenhum momento. Ele passou a apoiar o Terceiro Reinado acreditando que o governo direcionado pela princesa Isabel seria um governo democrático e o caminho verdadeiro para a República. Rita de Cássia Vasconcelos também analisou essa fase da trajetória de José do Patrocínio, concluindo que:

Quem não incomoda, quem vive no esquecimento não é relevante caluniar ou defender, não é significativo circular seu nome da imprensa e da mesma forma não cria nenhum clima de comoção ou indignação entre as pessoas. Considero esse tratamento a Patrocínio como um indício da sua forte presença na política da capital do país. Ele circulava entre políticos e jornalistas que de certa forma contribuíram para dar significância às suas opiniões, seja para aprová-las ou não. Os seus adversários ao atacar sua imagem política, caracterizando-a de interesseira e instável, desejavam enfraquecer o seu discurso e a sua presença no cenário político de então. (VASCONCELOS, 2011, p.134.)

A desconfiança em torno do real posicionamento de Patrocínio seguiu-se até pelo menos a instauração da República, quando se aproveitou dos acontecimentos do dia 15 de novembro e de sua atuação para fornecer provas de seu republicanismo. Usando seu jornal *Cidade do Rio* para tal, acabou por projetar-se como

porta-voz da população carioca, em nome da qual julgava falar, inserindo-se desta forma na vanguarda do movimento podendo, assim, receber também os louros da vitória trazendo para si a insígnia de “proclamador civil da República” (SILVA, 2006, p.167).

A *Federação* acabou por legitimar essa visão, de modo que ao analisar o ocorrido enfatizou a liderança de Patrocínio frente às camadas populares, descrevendo sua atuação da seguinte forma:

Cerca das 2 horas da tarde, José do Patrocínio, à frente de avultada multidão popular, foi ao passo da câmara municipal, em eloquentes palavras declarou instalada a República pela edilidade fluminense, de que era o mais moço; e me seguida mandou hastear na frente do edifício a bandeira republicana, formada com as cores nacionais e a um canto, numa nesga as vinte estrelas que simbolizam as províncias. Essa bandeira ainda há se conserva arvorada.

Ao anoitecer, de uma janela da *Cidade do Rio*, José de Patrocínio falou ao povo, concitando-o a ir à casa do Dr. Benjamin Constant, onde estava reunido o governo provisório, representar-lhe a vontade popular que reclamava a imediata proclamação da República. (*A Federação*, 24 de novembro de 1889, p.1.)



A trajetória de José do Patrocínio, da forma como se apresentou no jornal *A Federação*, está em grande parte atrelada às suas atividades políticas. Contudo, algumas poucas informações relacionadas à vida familiar desse indivíduo também puderam ser identificadas nessa fonte, tanto antes como depois de seu rompimento com o partido republicano.

Em 1892, por exemplo, saiu uma nota comunicando a morte de seu “filhinho” (*A Federação*, 21 de julho de 1892, p.2.), que veio a óbito poucos dias após o nascimento. Mais intrigante, porém, foi a que dizia respeito ao falecimento da mãe, publicada muito antes, em setembro de 1885:

A 18 do passado faleceu do Rio de Janeiro a Sra. d. Justina Maria do Espírito Santo, mãe do nosso distinto correligionário e colega José do Patrocínio, redator da *Gazeta da Tarde*.

Por essa ocasião, o valente lutador do abolicionismo recebeu inestimáveis demonstrações de estima e alto apreço. (*A Federação*, 04 de setembro de 1885, p.1)

Sua mãe era negra – conforme supracitado - e, no entanto, nenhuma menção à sua pertença racial salta do artigo. Nota-se também o modo como se referem a ela, senhora e dona, o que além da formalidade exprime respeito dos republicanos rio-grandenses para com a mãe do ainda correligionário. Aqueles que desconhecem a origem étnica de Justina, porém, podem supor que se tratava ela de uma pessoa branca. Pode-se pensar ainda que essa característica não foi citada por simplesmente não ser considerada relevante pelos articulistas do jornal. Contudo, o mais provável é que isso tenha sido mesmo intencional, tendo em vista que em notas de falecimento de indivíduos comuns, por via de regra, o falecido tinha sua cor identificada no jornal. Parece, portanto, que a omissão à cor de Justina e do próprio Patrocínio nas edições d’ *A Federação* muito mais tem a ver com o lugar que ele ocupava socialmente e dentro do partido republicano e que por consequência respingava em sua mãe, que se não se tornou branca, teve a sua epiderme negra e a ancestralidade escrava totalmente velada.

Em 19 de agosto de 1919,<sup>8</sup> o jornal *A Federação* publicava em primeira página um artigo sobre Aurélio Viríssimo de Bittencourt,<sup>9</sup> no qual a trajetória desse sujeito era descrita com louros. Tratava-se, na realidade, do comunicado de seu falecimento onde o periódico e a comunidade republicana manifestaram, além de seus pêsames, uma verdadeira homenagem ao falecido. Reproduzimos abaixo alguns trechos dessa publicação:

É verdadeiramente consternado que registramos aqui, o falecimento hoje, pela manhã, do coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, um dos mais antigos e prestimosos servidores do Rio Grande do Sul.

Inteligência brilhante, sólida e vastamente culta, de assombrosa capacidade de trabalho e de predicados de caráter adamantinos, a todos, entretanto,

8. Esclarecemos que por mais que esse texto fuja de nosso recorte temporal, julgamo-lo de extrema importância para o que diz respeito à análise da trajetória de Aurélio n’ *A Federação*. Isso porque ele resume a forma como a vida dele foi montada no dito jornal entre 1884 e 1903, portanto o utilizaremos como fio-condutor.

9. Aurélio nasceu no dia 01 de outubro de 1849, na cidade de Jaguarão, onde passou a infância ao lado da mãe Maria Julia. Com aproximadamente 11 anos, mudou-se para Porto Alegre onde construiu carreira como funcionário público, tipógrafo e abolicionista. (MOREIRA, 2009, p.3).

sobrelevando a virtude da lealdade que era, nele, uma religião. Aurélio de Bittencourt foi o ideal dos chefes de serviço de secretaria de Estados auxiliando dia por dia, hora por hora como o seu saber, com o seu trabalho e com o seu estudo, e isso desde os tempos do Império, em plena mocidade, os governos que se sucediam na suprema magistratura da nossa terra.

[...] Como homem de imprensa, que foi, e muito considerado, fez parte da redação de varias folhas locais, tendo sido, mesmo, coproprietário e redator chefe do extinto “Jornal do Comércio”; e por muitos anos foi correspondente especial do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, cargo que deixou pela multiplicidade de seus afazeres no qual teve como sucessor o nosso companheiro, Benjamim Flores.

[...] Fervoroso católico, apostólico romano, prestou á religião inúmeros e relevantes serviços, era, ha longos anos, provedor da Venerável Ordem Terceira de N. S. das Dores. (*A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.)

No fragmento em si, o êxito na carreira profissional é acionado, em primeiro lugar, para enaltecer a trajetória dessa figura, sendo inúmeros predicados atribuídos a ele e à sua atuação enquanto funcionário do Governo do Estado. Em seguida, são igualmente elogiados seu trabalho na imprensa e sua devoção ao catolicismo e às associações ligadas à religião nas quais atuou.

Essas linhas definem perfeitamente as facetas de Aurélio Viríssimo de Bittencourt que ganharam mais destaque no jornal órgão do PRR: o servidor público, o correligionário político, o jornalista e o beato. O texto citado traz também outras informações importantes acerca da forma como *A Federação* constrói e encara a biografia de Aurélio – que serão abordadas adiante -; sendo esse o material mais rico em relação a ele encontrado no periódico. Cabe dizer que a maior parte do conteúdo disponível sobre ele advém de pequenas, porém abundantes, notas.

Aurélio de Bittencourt estivera desde jovem ligado à política gaúcha, iniciando sua carreira como amanuense ainda nos tempos do Império, em 1868. Conforme a folha do PRR, a República teria o “encontrado” devido ao seu “esforço” e “brilho de sempre”. Dessa forma, atribui a permanência do sujeito no funcionalismo público, nesse contexto de transição, somente à sua competência profissional, ignorando, assim, a influência das questões tocantes a seu posicionamento político-partidário e a importância que elas tinham no funcionamento desse tipo de serviço.

O jornal parece assim, ter “esquecido” de mencionar naquela publicação o fato de que durante o período monárquico e de propaganda republicana Aurélio esteve ligado ao Partido Liberal. Anos antes, inclusive, encontraram-se algumas menções de seu nome nas listagens de comparecimento às reuniões liberais, como a publicada no dia 23 de setembro de 1885 que relatava o encontro ocorrido na casa do Visconde de Pelotas (*A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.). Apesar disso, a mudança partidária ficou bastante evidente na análise das edições do periódico como um todo, visto que foram, então, encontradas referências mais sistemáticas a seu respeito.

Mesmo na época em que não compartilhava do ideário republicano, Aurélio sempre pareceu para esse grupo digno de respeito e admiração, de modo que é sempre referido como qualificado como “colega” (de jornalismo) e “distinto funcionário público”. É provável que ele tenha tido atritos com esses republicanos, em especial, com o fundador e mentor do PRR, Júlio de Castilhos.

Ambos os sujeitos certamente cruzavam-se nos ambientes intelectuais e políticos de Porto Alegre antes de Aurélio tornar-se secretário de Júlio, além disso, a diferença de idade entre eles era somente de 11 anos, os dois foram ativos abolicionistas e participaram da vanguarda cultural gaúcha encarnada pelo Parthenon Literário<sup>10</sup> (SANTOS 2013). A relação entre Aurélio e Castilhos foi acionada também naquele texto publicado em 1919:

[...] captando a simpatia de Julio de Castilhos que era um homem que sabia ver como poucos, e que só admitia na sua privança de estadista, servidores que reconhecia capazes de a honrarem.

E não foi só a simpatia do Patriarca, que Aurélio soube conquistar.

Conquistou-lhe, também, a amizade.

E a simpatia, confiança e amizade, teve-as, também, até ao seu ultimo alento de nosso preclaro chefe, Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado. (*A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.)

Fica claro que as relações entre esses indivíduos ultrapassavam o âmbito profissional: tornaram-se, sobretudo, amigos. Amizade esta que se estendeu ao sucessor de Castilhos, Borges de Medeiros, para quem Aurélio igualmente serviu como Secretário. Ao estudar os arquivos particulares de Aurélio e de Júlio de Castilhos, Paulo Moreira concluiu que desde os primeiros momentos da ascensão do segundo ao poder do Estado gaúcho, a presença do primeiro já era significativa.

Sua importância aumentou ainda mais a partir de 1898, quando Castilhos precisou afastar-se do governo em razão de um câncer na garganta que lhe afligia, ficando Aurélio, então, como seu representante e interlocutor no Palácio do Governo (MOREIRA, 2011, p.86-87). Conforme o autor, esse teria sido um dos mais importantes cargos administrativos da carreira de funcionário público de Aurélio que teve, portanto, sua memória é preservada e enaltecida por parte dos membros de sua comunidade étnica, onde a associação com Castilhos constituiu-se numa estratégia frequente (MOREIRA, 2011, p.85).

No geral, essa relação fica bastante explícita nas edições d' *A Federação*, na medida em que se encontram seguidamente Aurélio e Castilhos marcando presença nos mesmos eventos e compartilhando os mesmos espaços. E não só aqueles ligados à política do Estado e que a relação profissional entre eles exigia ambas as presenças, mas noutros, de naturezas distintas, como festas, concertos, peças teatrais, velórios, missas, acompanhamento de embarques e desembarques de amigos nos vapores<sup>11</sup>.

Para além dessas ocasiões, em 1895, foi localizada uma nota referente ao casamento de Aurélio com Isaura da Silva Dias<sup>12</sup>, na qual se destaca o fato de que Júlio de Castilhos foi padrinho por parte do noivo (*A Federação*, 09 de setembro de 1895, p.2) e que por consequência reforça os laços de amizade estabelecidos entre eles.

Os vínculos afetivos que Aurélio estabeleceu com o chefe iam além, alcançando o **PRR como um todo**. Inúmeras vezes o encontramos adjetivado como “estimado amigo” e

10. Sobre o Parthenon Literário, ver: SILVEIRA, 2008.

11. Alguns exemplos disso podem ser encontrados nas edições d' *A Federação* dos dias: 04/10/1899; 14/10/1899; 30/12/1899; 04/04/1900; 23/04/1900; 04/08/1900; 02/10/1900; 04/03/1901; 04/04/1901.

12. Isaura da Silva Dias foi, na realidade, a segunda esposa de Aurélio Bittencourt. Sua primeira união matrimonial foi com Joana Joaquina do Nascimento, em 1868, com quem teve quatro filhos: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Sérgio Aurélio de Bittencourt, Olímpia Augusta de Bittencourt e Adelina Lydia de Bittencourt. Joana Joaquina, no entanto, faleceu em 1894 com 47 anos de idade. (MOREIRA, 2011)

“respeitável amigo”. Todavia, essas relações ficavam expressas especialmente na época de seu aniversário, quando era comum que recebesse de seus colegas algum presente. Em 1889, por exemplo, ganhou “uma gravata com um alfinete com pedra de brilhante” (*A Federação*, 02 de outubro de 1889, p.2.); em 1900 foi presenteado com “um elegante e fino faqueiro de prata” (*A Federação*, 29 de setembro de 1900, p.2.); presentes estes valiosos que de alguma forma refletiam a admiração e o apreço que Aurélio recebia de seus colegas.

Para além dos mimos, também foram encontradas notas que o saúdam pela data, como a publicada (que foi transcrita de outro impresso, mas subscrita no periódico republicano) em 1899 que diz o seguinte:

Festeja amanhã mais um aniversário natalício o nosso respeitável amigo sr. Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, muito digno diretor geral da secretaria do governo d’este Estado.

Espírito de elite, Penna cintilante, Aurélio de Bittencourt tem dedicado toda a sua existência ao progresso da sua terra natal, quer na imprensa de que foi um dos mais belos ornamentos, que na posição oficial que honrosamente desempenha, e por isso n’este dia, que é todo de flores e alegrias no seu lar, o Artista, prestando merecida homenagem ao honrado e digno patricio, saúda-o jubiloso fazendo ardentes votos pela dilatação de tão preciosa existência. (*A Federação*, 05 de outubro de 1899, p.1)

É inevitável perceber que nesse trecho tem-se eschachada sua carreira como servidor público no Governo do Estado, na realidade, isso é uma constante n’ *A Federação*. Aos olhos dos periodistas republicanos tal indivíduo, devido ao longo período de tempo em que trabalhou no palácio do governo do Rio Grande do Sul, acabou por se tornar um “homem inteiramente insubstituível” (*A Federação*, 05 de outubro de 1899, p.1), de “confiança imediata e ilimitada” (*A Federação*, 12 de janeiro de 1904, p.1.) de modo que não existia ninguém mais ali que conhecesse tão bem o funcionalismo burocrático do Estado.

Além disso, sua disciplina e dedicação diárias eram igualmente ressaltadas no dito jornal, que observava que Aurélio “não deixava de trabalhar nunca” (*A Federação*, 12 de janeiro de 1904, p.1), entrando no “palácio de manhã e saindo sempre depois das 5 horas da tarde” (*A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1), sendo “um homem que ainda ninguém viu parado” (*A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1), exceto nas horas que reservava às leituras. Semelhantes representações foram também veiculadas em outros jornais porto-alegrenses, em contextos diferentes. Conforme constatou Paulo Moreira, em 1949, o *Correio do Povo* definia esse sujeito como o “paradigma do funcionário público – esforçado, disciplinado, discreto e leal” (MOREIRA, 2011, p. 85).

Apesar da ênfase em sua atuação profissional, também é possível perceber nas páginas do jornal que Aurélio circulava em outros espaços da sociedade porto-alegrense, ocupando cargos igualmente importantes. Conforme *A Federação*, ele foi eleito “prior de irmandades e presidente de sociedade, grêmios, clubes de um bandão de agremiações” (*A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1) que existiam em Porto Alegre. Sua presença nelas, no entanto, era bastante rara, devido ao tempo que os negócios do Estado lhe demandavam.

De qualquer forma, quando aparecia nessas associações era sempre um “festão”-

afirmava a folha do PRR. Esse sujeito de fato dedicava-se bastante à vida religiosa local, de modo que participava assiduamente de missas, procissões, obras pias, tendo participado da Irmandade do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição, do Senhor dos Passos e das Dores (MOREIRA, 2011, p. 93.).

O associativismo religioso propriamente dito pode ter significado para ele uma estratégia de inserção social e composição de redes, contudo, não podemos desconsiderar sua devoção à fé católica. Por muitas vezes foi possível identificar no periódico republicano as relações de Aurélio com as irmandades, dadas as seguidas ocorrências de seu nome em publicações sobre essas entidades.

Destacam-se no jornal algumas de suas ações em relação à Igreja Nossa Senhora das Dores, como a doação de uma cruz de “cinco metros de altura”, “toda de ferro com ornamentos dourados”, que foi colocada “sobre o frontispício da igreja, entre as duas torres” (*A Federação*, 21 de junho de 1901, p.2.), o objeto teria sido encomendado pelo próprio Aurélio no estabelecimento das oficinas dos Srs. E. Berta & C (*A Federação*, 17 de junho de 1901, p.2.). Também se evidencia no referido periódico seu envolvimento nas festividades promovidas por essa Igreja, por exemplo, com a Semana Santa de 1901, onde Aurélio esteve à frente dos preparativos (*A Federação*, 17 de junho de 1901, p.2.).

A assídua participação de Aurélio de Bittencourt na vida religiosa da cidade, seu trabalho como burocrata e jornalista, fizeram dele alguém conhecido na sociedade porto-alegrense de modo que, para *A Federação*, “não há quem não conheça o coronel Aurélio”, sujeito muitíssimo “respeitado e amado por todos” (*A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.2). Em 1919, a “notícia da morte desse homem que fora tão bom, tão digno e tão útil, correu logo, célere pela cidade, numa repercussão imensa e dolorosa” o que denota igualmente sua popularidade e carisma em todos os espaços em que circulava.

A posição privilegiada que conquistou Aurélio – um indivíduo *pardo* – certamente foi alcançada a duras penas, levando em consideração que o contexto em que viveu foi fortemente marcado pelo racismo. Sua trajetória bem-sucedida, inclusive, foi enaltecida quando ele ainda era vivo por setores organizados da comunidade negra local, como uma forma de luta contra a discriminação racial e como prova contundente da inconsistência do racismo científico e um padrão comportamental a ser seguido (MOREIRA, 2011, p.99).

N’ *A Federação*, no entanto, a dimensão étnico-racial de Aurélio de Bittencourt foi negligenciada ou o e com ela os percalços que a mesma lhe impôs ao longo da vida. Lendo e analisando as edições do jornal é possível apenas deduzir que ele frequentava lugares marcados pela presença dos setores populares da sociedade onde obviamente encontrava-se um número significativo de indivíduos ligado à população afro-gaúcha; caso daquelas organizações ligadas à Igreja Católica que falávamos anteriormente. Ademais, não se encontrou nada que expusesse sua ligação à comunidade negra explicitamente, nem em relação à sua atuação política, tampouco acerca de seu pertencimento étnico-racial.

As ações de Aurélio em prol desse povo também não receberam qualquer menção no periódico pesquisado, principalmente no que se refere à campanha abolicionista. Vale apontar que, segundo Maria Angélica Zubaran (2009, p.05), não somente n’ *A Federação* isso é oculto, uma vez que a trajetória deste sujeito (e tantos outros afro-brasileiros) foi minimizada no discurso abolicionista regional e, em contrapartida, amplamente divulgada na imprensa negra. O jornal *O Exemplo* é uma prova disso, pois tendo Aurélio

investido política e financeiramente para sua criação e estabilidade acabou tornando-se um dos personagens mais lembrados, sendo representado como “mestre” e saudado pelos periodistas como “[...] o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos” (SANTOS, 2013, p.08).

Parece, dessa forma, que aos olhos dos periodistas do jornal órgão do PRR, Aurélio teria se tornado alguém tão importante dentro do partido e para a sociedade porto-alegrense ao ponto de perder o estigma da cor; de embranquecer socialmente. Isso fica bastante escancarado em 1919, quando só se é mencionado o nome de seu pai, o capitão Hipólito Simas de Bittencourt<sup>13</sup>, de modo a ignorar a ascendência africana herdada da mãe, a *parda*<sup>14</sup> Maria Julia da Silva<sup>15</sup>. Poderia se explicar isso com base na relação dele com sua cor e origem étnica, se caso ele a renegasse. Entretanto, desde cedo ele construiu sua autorrepresentação como pardo, convivendo e circulando consciente de sua posição equidistante do mundo dos brancos e do cativo. Além disso, se por um lado o pertencimento racial e social de Aurélio inevitavelmente o impusera alguns obstáculos igualmente proporcionou-lhe posicionamento ambivalente de mediador entre grupos étnicos e sociais (MOREIRA, 2014, p.09).

Se nada foi escrito em relação a tais questões que permeavam a vida de nosso personagem, porém, foi mostrado. Aquele texto publicado n’ *A Federação* em 1919, quando de sua morte, era acompanhado por um retrato dele. É raríssimo encontrar fotografias de um modo geral nas edições desse jornal, nesse sentido, fica mais difícil entender os possíveis significado e objetivo que as mesmas poderiam assumir. Somente por ser algo atípico, sua ocorrência evidencia a importância de Aurélio aos olhos do PRR.

Contudo, deve-se atentar para outras funções que a reprodução da fotografia pode implicar, na medida em que ela materializa todo um discurso construído sobre Aurélio de Bittencourt ao longo das edições analisadas.

---

13. Hipólito Simas de Bittencourt nasceu em 14/03/1823 em São Miguel (SC), filho de Antonio Bittencourt e Damasia Caetana de Simas. Ainda menino, seus pais se transferiram para a cidade portuária de Rio Grande e em 1841, aos 18 anos, ele foi nomeado pelo comandante da Força Naval do RS para servir de Piloto a bordo do vapor “Fluminense”. Morreu em Porto Alegre em 1884, quando exercia o cargo de Capitão Tenente da armada. (MOREIRA, 2009, p.07)

14. Segundo Hebe Mattos, designação de “pardo” em primeiro lugar era uma forma de registrar uma diferenciação social, variável, conforme o caso, na condição geral de não branco. Isto é, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxera a marca de sua ascendência africana, sendo mestiço ou não. (MATTOS, 2013, p.42).

15. Os pais de Aurélio na realidade nem eram casados oficialmente por sacramento religioso; eram amá-sios. Por conta disso, ele foi registrado como filho de pais não reconhecidos e exposto. (MOREIRA, 2009, p.09)

Foto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt.



Fonte: A Federação, 23 de agosto de 1919, p.1.

A formalidade da figura do retratado - expressa na vestimenta que ele trajava e no ambiente em que o retrato foi tirado, provavelmente seu local de trabalho – contribuem para a monumentalização de Aurélio enquanto funcionário público.

Embora a imagem “denuncie” a ascendência africana dele, parece-nos que este “detalhe” foi tido como insignificante para os republicanos articulistas d’ *A Federação* perto daquela trajetória tão bem sucedida e tão evidenciada no texto que acompanha o retrato. Em resumo, portanto, o Aurélio retratado nas páginas de nossa fonte é um

FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.3, nº2, p. 36-56, jul.-dez., 2016.

personagem de sucesso, o funcionário modelo do Estado, o devoto à religião católica e às inúmeras associações ligadas a ela; o *amigo* e homem de confiança de Castilhos, Medeiros e demais correligionários de PRR.

O único dos personagens pesquisados que teve sua dimensão racial claramente evidenciada n' *A Federação* foi Luiz Gama. Este sujeito não só foi identificado com a população afro-brasileira, por sua origem e atuação na campanha abolicionista, como foi considerado um dos integrantes do panteão republicano:

A nacionalidade de um povo mede-se precisamente pela grandeza dos vultos que fazem a sua história política.

Desde os tempos coloniais que o Brasil tem ascendido na consideração das nações mais civilizadas pela superior orientação dos seus mais eminentes políticos.

Um ciclo de epopeias acha-se consubstanciada em um vulto proeminente.

Tiradentes, José Bonifácio, Bento Gonçalves, David Canabarro, Luiz Gama, Silva Jardim encarnam a alma nacional. (*A Federação*, 12 de julho de 1902, p.1.)

O trecho integra um artigo publicado na folha do PRR que teve por objetivo prestar homenagem a Júlio de Castilhos. Contudo, dele pode-se verificar a importância atribuída à trajetória de Luiz Gama, apontado como um sujeito de representatividade nacional. É importante ressaltar que tal personagem difere-se dos demais homens desse artigo também pelo fato de ter sido representado *post mortem* n' *A Federação*, uma vez que faleceu em 1882, quando o periódico nem circulava em Porto Alegre. De qualquer forma, a monumentalização que se opera de Gama como abolicionista negro faz com que se torne indispensável algumas palavras sobre a (re) construção de sua biografia em nossa fonte.

O personagem da vez nasceu em 1830, em Salvador, onde viveu os primeiros anos com a mãe Luísa Mahin. Ela era uma africana livre e quitandeira, que ao se envolver na Revolta dos Malês deixou o filho com o pai - um fidalgo que o vendeu como escravo. Luiz Gama sentiu, portanto, na pele a escravidão até os dezoito anos de idade.

A passagem pelo cativo parece ter contribuído para que sua luta pela abolição se tornasse legítima para os redatores d' *A Federação*, na medida em que ele nutria motivações pessoais para envolver-se na mesma. Assim, foi considerado no jornal como o “apóstolo fervoroso e sincero da cruzada em prol dos escravizados de sua raça” (*A Federação*, 07 de setembro de 1884, p.1). É também perceptível neste momento algo inédito até então na presente análise: a identificação explícita de um abolicionista negro com a população afro-brasileira. Sujeito este, para quem nosso periódico reivindicava um papel de destaque na luta pela causa abolicionista:

É também um engano atribuir o movimento libertador de S. Paulo ao Sr. Antônio Prado.

O trabalho da abolição, lá como em toda a parte, tem sido dos pequenos e dos obscuros; há muitos beneméritos dele.

Se algum pode ser destacado dentre esses batalhadores, é Luiz Gama, talvez o mais intemerato abolicionista do Brasil nos últimos tempos, o qual agitou, pode-se dizer que só, a questão abolicionista em S. Paulo, enfrentando com todas as resistências, correndo toda a sorte de perigos.



Morreu quando já o movimento tinha tomado à força que devia servir para garantir-lhe a vitória que acaba de conseguir. (*A Federação*, 20 de abril de 1888, p.2.)

O trecho citado relaciona-se a um artigo publicado na seção *Folhinha* cujo objetivo era defender a alcunha da agremiação republicana de abolicionista, principalmente, a do Partido Republicano Paulista (PRP). Do excerto podemos verificar que a trajetória de Antônio Prado é desqualificada em detrimento da de nosso personagem, que é acionada para assumir o lugar de distinção na aceleração do processo da abolição.

É importante considerar que no contexto em que Luiz Gama militou pelo abolicionismo, esse movimento encontrava-se numa situação distinta da que *A Federação* atuou. Segundo Ângela Alonso, Luiz Gama assistiu a transformação do abolicionismo de ativismo de elite em movimento social, isso na década de 1870, quando sujeitos fora da elite social - como ele - entraram no debate sobre os rumos da sociedade brasileira.

Nessa época, houve, portanto, o alargamento da esfera pública que possibilitou espaços de elocução política, teatros e imprensa, e agentes sociais cuja origem não era aristocrática e que tampouco tinha acesso ao Parlamento (ALONSO, 2015, p.90). Os republicanos rio-grandenses entraram em cena no momento em que o abolicionismo já “estava na boca do povo”, ou seja, já havia se consolidado como uma causa popular e conquistado a opinião pública.

Luiz Gama teria empreendido grande parte de suas ações abolicionistas amparado nos instrumentos jurídicos para prover a libertação de escravos. O estilo ativista dele consistiu em explorar a ambiguidade e as lacunas da legislação acerca da escravidão tornando, assim, os tribunais verdadeiros espaços de contestação dessa instituição<sup>16</sup>.

Conforme Ligia Fonseca Ferreira, esse advogado autodidata havia se transformado em autoridade respeitada em matéria de escravização ilegal e alforriamento de escravos, tornando-se o “terror dos fazendeiros e de advogados e juízes corruptos, sua popularidade na província e em outros rincões do Império estava no auge, apesar do grande número de inimigos e adversários políticos” (FERREIRA, 2008). Essa autora investigou a biografia de Gama por meio de uma carta autobiográfica enviada por ele a Lúcio de Mendonça – autor da primeira biografia sobre o abolicionista.

Quanto ao posicionamento político-partidário de Gama, deve-se considerar o seu envolvimento com o PRP, pois seu papel foi fundamental desde a fundação desse partido até seu desligamento praticamente no ato de criação em 1873. Manteve-se, porém, ferrenhamente republicano. Situação bastante semelhante ao que ocorrera com José do Patrocínio, mas que foi tomada diametralmente diferente pelos republicanos rio-grandenses redatores d’ *A Federação*, uma vez que, ao compararem tais personalidades, deliberaram:

Se há quem não possa falar dos republicanos, em matéria de abolicionismo, é o Sr. Patrocínio.

Sem falar em Luiz Gama, iniciador do movimento, sem falar em s.s, que foi republicano enquanto combatente abolicionista, a maior parte da

16. Gama teve acesso às letras, leis e política através da amizade que estabeleceu com um estudante de Direito, enquanto ainda era escravo. Esse aprendizado rendeu-lhe, além da liberdade – vide o fato que o próprio utilizou-se da lei para conquistar a liberdade – o ofício de rábula.

Confederação Abolicionista, essa associação que sempre o sustentou, é composta de republicanos.

E, por falar em Luiz Gama: fique consignado ele não foi, como afirma o Sr. Patrocínio, repellido do partido republicano; ele nunca teve uma palavra contra os seus companheiros, mesmo depois da divergência com eles, nunca os hostilizou; aquela nobre criatura tinha, acima de qualquer qualidade e como nota dominante do seu caráter, a serena bondade dos fortes.

Dali provinha-lhe a sua maior força (*A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1.).

De acordo com o trecho citado, Luiz Gama teria sido não só politicamente superior a Patrocínio, visto que não teria se posicionado contra o partido, mas também como homem, alguém que dispunha de caráter, bondade e força. De fato, esses sujeitos eram donos de personalidades e ativismos político e abolicionista bastante distintos que certamente influenciaram na formulação de representações tão díspares. Somado a isso, o fato de José do Patrocínio ter se aproximado da monarquia após a decretação da Lei Áurea – como já constatamos –, fato que por sua vez gerou muito incomodo entre os republicanos.

Em contrapartida, conforme propõe Elciene Azevedo, autora de uma biografia sobre Gama, o rompimento de Gama com o partido republicano não teria sido uma ruptura, mas um processo de radicalização de suas posturas políticas dentro do processo. Segundo ela, Luiz Gama teimava em ocupar esse espaço e usá-lo em sua luta, mesmo divergindo da direção e de procedimentos empreendidos pelo partido (AZEVEDO, 1999).

Em junho de 1888, *A Federação* publicava uma notícia que anunciava a ordem dada pelo Dr. Rubim Cezar para a execução de um retrato a óleo de Gama. Nesta ocasião, no teatro Guarany, em Santos, com a presença de mais de “500 cidadãos de cor preta” nosso abolicionista era qualificado como o “grande negro”. Sua cor foi aí acionada pelo jornal não com o sentido pejorativo propriamente, mas sim de marcar a sua proeminência perante seus pares identificando-o como um líder desse grupo. Situação bem distinta da que ocorreu com Patrocínio, que teve sua cor utilizada pelos republicanos rio-grandenses como fator de desqualificação.

A identificação explícita de Luiz Gama como negro certamente tem a ver com a forma como o próprio relacionava-se com sua e cor e como fazia questão de manifestar. Apesar de não ter se projetado na época como poeta, Gama chegou a publicar o livro *Primeiras Trovas Burlescas*. Nele, é possível perceber como este intelectual questiona a certeza dos indivíduos sobre a pureza de sua raça, na medida em que escancarava o caráter miscigenado dos brasileiros. Além disso, e mais importante, transparece de seus poemas um eu que se assumia e se declarava explicitamente como negro:

Hão de chamar-me tarelo,  
Bode, negro, Mongibelo;  
Porém eu que não me abalo,  
Vou tangendo o meu badalo  
Com repique impertinente,  
Pondo a trote muita gente.  
Se negro sou, ou sou bode,  
Pouco importa. O que isto pode?  
Bodes há de toda a casta,

Pois que a espécie é muito vasta... [...] (GAMA, 2000, p.116)

De modo que não ignorava ou negava suas origens, ser chamado de negro não era tomado por ele como uma agressão, na realidade isso pouco parecia o atingir. Conforme Elciene Azevedo, “ao mesmo tempo em que se afirmava como um poeta negro e buscava uma identidade africana, promovia a valorização dessa ascendência para que ela pudesse ser reconhecida e aceita”, ou seja, procurava positivar a origem africana mostrando-se em primeiro lugar orgulhoso da mesma (AZEVEDO, 1999, p.63).

Os fragmentos das trajetórias abordados ao longo do artigo comportaram naturais especificidades, visto que cada uma delas dimensionava ideias, posicionamentos, histórias e ações muito próprias e distintas. Afora isso, porém, pôde-se perceber a influência das questões de ordem política e partidária na construção das narrativas sobre os abolicionistas no jornal *A Federação*. O único deles que integrava totalmente o time dos republicanos e que por isso não foi desqualificado em nenhum sentido foi Aurélio de Bittencourt.

Bittencourt estava entre eles e era correligionário e amigo, ainda que sua atuação abolicionista não tenha sido enfatizada no jornal. Isso, talvez pelo fato de que nem sempre esteve ligado ao PRR, visto que antes disso integrava o partido liberal. Para além deste personagem histórico, somente Luiz Gama foi tão laureado quanto, porém trata-se de um caso peculiar dentro da análise.

Como enfatizado anteriormente, Gama teve atritos com os republicanos, porém ele e o jornal atuaram em momentos distintos, uma vez que o mesmo faleceu em 1882. Desse jeito, os republicanos gaúchos e tal personalidade não se manifestaram frente aos mesmos acontecimentos, diferente de José do Patrocínio que igualmente desentendeu-se com esse grupo, mas que foi amplamente criticado por suas opiniões e ações políticas.

A dimensão racial de nossos personagens quando não suprimida, apareceu de forma muito sutil, caso de José do Patrocínio que foi o único que sofreu com os dilemas da racialização no jornal, uma vez que se tornou alvo de desqualificações em função das querelas políticas existente entre eles.

Por exceção há Luiz Gama, único declaradamente identificado com a população afro-brasileira. Todavia esta característica foi empregada com cunho positivo no periódico, uma vez que era ele tomado como modelo de abolicionista e que o próprio, enquanto em vida, identificava-se abertamente como negro conferindo igual positividade à sua origem étnica.

Os três abolicionistas gozaram de certa ascensão socioeconômica e devido à posição que passaram a ocupar no mundo dos brancos tornavam-se, pelo menos, invisíveis e, dessa forma, reconhecidamente cidadãos<sup>17</sup>. *A Federação*, por outro lado, negligenciou quaisquer dificuldades que tais sujeitos enfrentaram para conquistar seus lugares na sociedade brasileira, de modo a velar as restrições que lhes eram impostas em função de suas origens.

A forma como suas vidas foram moldadas nesse jornal faz parecer que elas

17. Segundo constatou Hebe Matos (2013), na segunda metade do século XIX, a omissão das referências à cor da pele tornava-se mais evidente em documentos oficiais, tendo em vista que num futuro que se anunciava àquela época, escravos e afrodescendentes teriam de ser aceitos como cidadãos. Logo, a omissão da cor significava o reconhecimento da cidadania.

transcorreram livremente em direção ao sucesso, logo, contribuíram para consolidar os discretos mecanismos de exclusão e preconceito raciais ainda persistentes na sociedade brasileira.

## Referências

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. O triângulo negro da abolição. *Ciência Hoje*, v.49, Maio 2012, p.38-42.

AZEVEDO, Célia Maria Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites d século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

AXT, Gunter ... [et al.]. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Proa, 2005.

BAKOS, Margareth. RS: escravismo & abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FERREIRA, Lígia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. In: *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, p. 300-321, 2008.

GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e republicano. *Estudos Iberos-americanos*, PUCRS, v.40, jan-jun, 2014, p.9.

\_\_\_\_\_. Uma parda infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/ Jaguarão, século XIX). *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 350p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993.

JR. Ronaldo Sales. O nascimento da nação: Estado, modernização nacional e relações étnico-raciais entre o Império e o início da República. *Ciências Sociais Unisinos*, v.44, n.2, p.119-129, maio/agosto 2008.

SANTOS, José Antônio. Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros. *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/josesantos.pdf>. Acessado em: 11/04/2016.

SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “Papa-pecúlio” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 231p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá dois pra cá: O Parthenon Literário e as trocas entre literatura política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1996).

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Ford, 2003.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. 2011. 240p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de ciências humanas e filosofia, Programa de pós-graduação em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v.06, ano. VI, nº3, julho/agosto/setembro de 2009.